

MENSURAÇÃO DA POBREZA RURAL DO BRASIL: A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO INFANTIL

Thiago Ferreira Torquato¹
Carlos Eduardo Caldarelli²

RESUMO: Um grande desafio para o Brasil é a erradicação da pobreza em suas diferentes formas. Nesse sentido, cabe destacar que efeitos deletérios da pobreza sobre as crianças, com destaque, representam um grande atraso para o país. Este trabalho tem por objetivo mensurar a pobreza infantil no Brasil para as condições censitárias urbanas e rurais nas diversas regiões brasileiras. Para isso foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) no período de 2012 a 2018. Como ferramentas metodológicas foram utilizadas linhas de pobreza e os indicadores *poverty gap* e Índice de Watts. Os resultados mostram a significativa quantidade de crianças vivendo abaixo da linha de pobreza, tendo como destaque as disparidades entre as localidades, macrorregiões e cor da pele. A pobreza infantil no Brasil concentra-se no Norte e Nordeste e afeta mais intensivamente crianças indígenas, pretas e pardas.

Palavras-chave: Pobreza infantil; Pobreza monetária; Pobreza rural; Brasil.

ABSTRACT: A major challenge for Brazil is the poverty eradication in its different forms. In this sense, it is worth noting that the deleterious effects of poverty, especially on children, represent a great backwardness for the country. This work aims to measure child poverty in Brazil for urban and rural census conditions in different Brazilian regions. For this, the microdata from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) were used from 2012 to 2018. We used as methodological tools poverty lines, poverty gap and the Watts Index. The results show the significant number of children living below the poverty line, highlighting the disparities between the localities, macro-regions and population skin color. The child poverty in Brazil is concentrated in the North and Northeast regions and affected more intensiveness indigenous, black and brown skin children.

Keywords: Child poverty; Monetary poverty; Rural poverty; Brazil.

JEL CODE: O11; O15.

Data da submissão: 07-11-2020

Data do aceite: 30-12-2020

INTRODUÇÃO

Este estudo é focado na quantificação da pobreza infantil, suas consequências e a discussão de como reduzir e erradicar esse problema sistêmico da nossa conjuntura socioeconômica. O conceito de pobreza é de difícil classificação e, consequente, mensuração. De acordo com Sen (1999), a pobreza é a privação das “potencialidades” individuais, ou seja, é um limitante ao desenvolvimento físico, intelectual, social e das liberdades individuais.

Para Kageyama e Hoffmann (2006) a pobreza pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. Segundo Crespo e Gurovitz (2002) a pobreza absoluta é observada quando é estipulado um valor monetário fixo (linha da pobreza) para um padrão de vida mínimo; a relativa abrange a falta de renda do indivíduo em comparação com o restante da sociedade e; a subjetiva trata de um “juízo de valor” em relação às necessidades mínimas de sobrevivência, portanto, de natureza mais abstrata.

A pobreza absoluta é o conceito mais adequado para o estudo que se realiza, visto sua maior simplicidade e abrangência de dados disponíveis. De acordo com estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF

¹ Graduação em Economia. Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² Professor do departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina e do Mestrado em Economia Regional PPGE/UEL.

(2018), cerca de 34% da população de crianças brasileiras vivem em famílias com privação monetária incapaz de adquirir uma cesta básica de alimentos. A privação monetária representa um dos principais fatores limitantes ao desenvolvimento infantil no Brasil, sendo geradora de problemas que atentam contra os direitos básicos da criança e do adolescente, direitos esses assegurados pela constituição brasileira de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, art. 227).

Condições adequadas de vida e provimento de bens essenciais para crianças são de vital importância para o desenvolvimento do país, a considerar essa camada populacional como futuros cidadãos. É comprovado que a pobreza na infância está relacionada a posteriores problemas de aprendizado, escolares, comportamentais e de interações sociais (WEITZMAN; LEE, 2017). Registra-se que a situação de pobreza se revela mais danosa na primeira infância (até 6 anos de idade), a qual a subnutrição e a falta de estímulos parentais podem provocar distúrbios funcionais, cognitivos e psicossociais a longo prazo, assim, o ciclo perverso de subdesenvolvimento é estimulado (WALKER *et al.*, 2011).

A mortalidade infantil é um importante indicador da qualidade de vida de uma população, a qual possui relação direta com fatores econômicos e sociais (DEVIDÉ, 2002). De acordo com Fuentes (1990), conforme citado por Devidé (2002), ainda que a mortalidade infantil seja explicada por múltiplos condicionantes, alguns não mostram impactos diretos sobre o problema, sendo assim, os fatores condicionantes devem ser classificados em diretos e indiretos.

Ainda de acordo com Devidé (2002), os condicionantes diretos à sobrevivência infantil são: alimentação, condições de moradia, acompanhamento médico (pré e pós-natal) e educação parental. Já os indiretos são nível de renda e educação (possibilidade de ascensão de camada social).

Nesse sentido é importante analisar as principais causas de morte que ocorrem na infância para que seja possível o desenvolvimento de políticas públicas que sanem esse problema. De acordo com França *et al.* (2017) as dez maiores causas de morte em crianças abaixo de 5 anos em 2015 foram respectivamente: prematuridade, anomalias congênitas, asfixia e trauma no nascimento, septicemia e outras infecções neonatais, infecções do trato respiratório inferior, outras desordens neonatais, doenças diarreicas, meningite, desnutrição e aspiração de corpo estranho. Ainda de acordo com o aludido estudo, as taxas de mortalidade na infância são elevadas e com causas evitáveis.

Atinente aos dados obtidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, para o ano de 2010, a mortalidade infantil (até 1 ano de idade) foi de 16,7 a cada 1000 habitantes, sendo no meio urbano de 15,44 e no meio rural 22,06 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2013). Destaca-se, nesse sentido ainda, que o meio rural representa parcela significativa na mortalidade infantil, reflexo das piores condições estruturais e de renda, assim como apresentado por Hoffmann e Kageyama (2007), embasados na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2004. Esses autores classificaram a população brasileira a partir de uma linha de pobreza que leva em conta a renda familiar e também as privações das condições básicas (água encanada, saneamento e energia elétrica) para classificá-las como pobres ou não. O estudo apontou que a população afetada pela pobreza no meio rural e urbano são, respectivamente, 65,1% e 29,2%, portanto, muito díspares.

Ainda nesse sentido, em estudo recente, Hoffmann (2019) mostra o quão díspares são os rendimentos médios do Brasil entre as condições censitárias urbana e rural, respectivamente, com valores de renda domiciliar *per capita* de R\$1.384 e R\$613, o que demonstra a acentuada desigualdade salarial entre essas condições censitárias. Um dos problemas que influenciam a renda da população rural é a desigualdade da propriedade da terra, como demonstra Reydon (2014) por meio do cálculo do índice de Gini, um importante indicador de desigualdade. O Brasil tem o Gini de distribuição de terra de 0,85, além disso, os dados mostram que os 5% maiores detentores da terra possuem cerca de 30 vezes mais área do que os 50% menores, na média.

O meio rural apresenta menores rendimentos médios e piores condições estruturais para a população, em relação à área urbana. A condição de pobreza do meio rural é agravada pela desigualdade da posse da terra, a qual é

capaz de assegurar parte da subsistência familiar (BUAINAIN; DEDECCA; NEDER, 2013).

Diante do exposto, faz-se necessário mensurar a proporção de pessoas em situação de pobreza monetária no Brasil analisando as macrorregiões, regiões do país, a condição censitária urbana e rural e a análise por grupo etário: crianças e adultos (com idade superior a quatorze anos). Este estudo tem como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) limitada ao período de 2012 a 2018 – totalidade de dados disponíveis para a PNAD contínua. Como ferramentas metodológicas são utilizadas linhas de pobreza – $\frac{1}{2}$ salário mínimo e de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, para pobreza e extrema pobreza – e os indicadores *poverty gap* e Índice de Watts.

Quanto à estrutura do artigo, este é dividido em 4 seções, além da introdução e considerações finais. A primeira seção apresenta definições sobre o conceito de pobreza. Na segunda seção são expostas as consequências da pobreza no desenvolvimento infantil. Na terceira seção é descrita a metodologia do estudo. Na última seção são apresentados os resultados obtidos nesta pesquisa.

1. DEFINIÇÃO DA POBREZA: CONCEITOS E MENSURAÇÃO

De acordo com Crespo e Gurovitz (2002), a definição de pobreza é complexa, pois o conceito pode ser estabelecido levando em conta algum juízo de valor, o que pode afetar significativamente os resultados do estudo. Os aludidos autores explicam os primeiros modos de percepção da pobreza, a saber, a relativa e a absoluta. A pobreza relativa é definida a partir da comparação entre os agentes estudados e da percepção quando algum dos agentes possui menos que os outros. A pobreza absoluta, por sua vez, é estabelecida com base em padrões mínimos de vida, seja em termos monetários, calóricos ou estruturais. Ao longo do século XX outras três visões foram desenvolvidas: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa.

Ainda de acordo com os referidos autores, a vertente da sobrevivência foca na insuficiência de alimentos para famílias mais pobres, o que gerou programas sociais que tentavam garantir a sobrevivência da população afetada; já o enfoque das necessidades básicas considera além do alimento, necessidades básicas como água potável, saneamento básico, saúde, educação e lazer. A privação relativa é um enfoque mais amplo e rigoroso sobre a pobreza, pois considera que ser pobre não é apenas ter uma condição material inferior ou insuficiente, mas também sofrer privações nas mais diversas esferas da vida. De acordo com Sen (1999) a pobreza é a privação de capacidade, ou seja, é uma impotência do ser devido sua condição na sociedade.

Outro problema além da definição é o modo de medir como essa pobreza afeta a população. Kageyama e Hoffmann (2006) explicitam que a forma mais fácil e utilizada é por meio de linhas de pobreza, as quais estabelecem certo nível de renda que separa as pessoas ditas como pobre, abaixo desse nível de renda, e as não pobres, acima da linha. É frisado que a renda, como único referencial, não apresenta alto grau de confiabilidade, pois as informações cedidas pelas pessoas muitas vezes podem ser inexatas. Outros problemas apresentados por Hoffmann (1998) são a arbitrariedade, visto a problemática da mensuração da pobreza, e a limitação das linhas de pobreza ao fazer uma análise comparativa entre diferentes localidades e unidades da federação ao longo do tempo.

Apesar das limitações do método, a renda continua sendo o melhor parâmetro de avaliação, pois há dados atualizados, abundantes e é uma boa aproximação da realidade, visto a possibilidade da criação de diversas linhas de pobreza e correção dos valores reais ao longo do período analisado (HOFFMANN, 2019). Desta forma, neste estudo é utilizada uma linha de pobreza absoluta e pressupõe-se que, ter renda acima da linha de pobreza significava ter: uma dieta adequada, certo nível de conforto, o desenvolvimento de comportamentos e ações socialmente adequadas (CRESP; GUROVITZ, 2002).

2. AS CONSEQUÊNCIAS DA POBREZA

De acordo com Prado (1981) a família é uma instituição social que varia em função do tempo e lugar geográfico, e pode ser considerada uma forte influenciadora no desenvolvimento dos indivíduos em amplos aspectos. A família pode ser considerada o principal sistema de socialização da criança e do adolescente, que vivencia junto dessa as primeiras lições de aprendizagem e vivência de valores e normas sociais (COATSWORTH; PANTIN; SZAPOCNIK, 2002). Dessa forma a família é o primeiro contato da pessoa em desenvolvimento com padrões, papéis e relações interpessoais, como destacado por Sigolo (2004), nesse arranjo a criança encontra o mundo organizado, já formado, de acordo com parâmetros sociais assimilados pela família, a qual possui cultura própria e apresenta valores, hábitos, formas de sentir e interpretar o mundo. É neste núcleo familiar que a criança aprende o modo humano de ser, ou seja, constitui-se como indivíduo, e vê na afetividade familiar o primeiro referencial para a formação de sua identidade (SZYMANSKI, 2004).

Como discutido no presente artigo, a pobreza apresenta múltiplas formas de identificação, cada qual com seu mérito e importância. Assim, ao ter os métodos de percepção da pobreza em mente, é possível avaliar a pobreza das famílias brasileiras de forma ampla.

De acordo com Yusuf (2020), no ano de 2018, cerca de 28% da população residente no Brasil foi afetada pela pobreza monetária e estrutural, definidas, respectivamente, como meio salário mínimo *per capita* de renda domiciliar por integrante e insuficiência de recursos básicos; acesso a rede de distribuição de água, energia elétrica, presença de banheiros na residência e acesso ao serviço de coleta de lixo. Como explicado pelo referido autor, a pobreza é dispar entre a área urbana e rural, sendo a área rural mais acometida pela pobreza monetária e estrutural.

De acordo com Weitzman e Lee (2017), as famílias afetadas pela pobreza estão mais vulneráveis à falta de oportunidades de trabalho, insegurança alimentar, obesidade, subnutrição, deficiências de saúde, que podem ser irreversíveis no longo prazo, ademais destaca-se também maior propensão à exposição a estresse e violência, transtorno de estresse pós-traumático, famílias uniparentais, famílias numerosas, depressão materna, depressão paterna, abuso de bebidas alcoólicas e drogas, gravidez indesejada, moradias inviáveis e falta de acesso a serviços de saúde básica e mental.

De tal maneira, a situação de pobreza tende a afetar o núcleo familiar, em especial as crianças, como explicado por Silva et al. (2008), Bradley, Caldwell e Rock (1988) e Marturano (1999), em que esses estudos apontam sobre o contexto de crianças com problemas de aprendizado escolar e identificaram significativa porcentagem de crianças que vivenciaram adversidades múltiplas e constantes. Ainda nesse sentido, outros autores enfatizam que o acúmulo das adversidades, em uma situação de pobreza, reforça o risco de a criança desenvolver problemas de aprendizado e comportamentais (CHAZAN; LAING; DAVIES, 1994; SILVA et al., 2008).

A pobreza contínua, ou de longa duração, é mais prejudicial do que a situação de pobreza em curtos períodos, sendo acentuado o efeito durante a primeira infância (de 0 a 6 anos) e nos anos pré-escolares, devido a possíveis falhas do desenvolvimento físico, como ganho de peso abaixo da taxa esperada nos primeiros dois anos de vida e deficiências de minerais e vitaminas, e maior recorrência e intensidade de problemas crônicos de saúde. Além disso, alguns estudos sugerem que a situação de pobreza pode levar a mudanças no desenvolvimento do cérebro, as quais envolvem o córtex pré-frontal, responsável pelas funções executivas, como o controle emocional, a capacidade de planejamento e a autorregulação. Logo, a primeira infância representa uma fase muito importante no desenvolvimento cognitivo e psicossocial, como destaca Thompson e Nelson (2001).

Nesse sentido Gertler et al. (2014), em estudo realizado na Jamaica, identificaram que crianças que receberam estímulos já nos primeiros anos de vida, ao entrarem na fase adulta tenderam a ganhar 42% a mais de renda do que as que não receberam. Ademais, Andrade *et al.* (2005) explicam que quanto melhor a qualidade de estimulação disponível para a criança, melhor o desempenho cognitivo. De acordo com Walker et al. (2011), programas de estímulos podem diminuir o comportamento violento e outros desvios de comportamento, além de reduzir a probabilidade de doenças mentais, como depressão, e permitir que a criança desenvolva seu potencial intelectual.

Os estímulos dados para as crianças durante a primeira infância são principalmente advindos da família. Nesse contexto, Silva *et al.* (2008) e Mazzetto-Betti (2007) citam as características do ambiente familiar que estão relacionadas com o desenvolvimento escolar de crianças: a escolaridade dos pais (em especial a materna), bens de consumo, recursos e adversidades que as crianças são expostas. Além disso, Zamberlan e Biasoli-Alves (1997) identificaram ambientes potencialmente danosos ao desenvolvimento da criança no ambiente familiar, como os baixos níveis de interação e de envolvimento socioemocional entre adultos e crianças; presença de controle punitivo e restritivo e níveis mínimos de organização familiar. Silva *et al.* (2008) destacam que a pobreza configura o mais grave fator de risco a atingir a família, visto a capacidade de intensificar e gerar fatores de risco familiares, além de restringir as oportunidades da criança.

De acordo com Fuentes (1990), citado por Devidé (2002), a pobreza se manifesta de diversas maneiras, chegando em seu estado mais grave a influenciar na taxa de mortalidade infantil (em menores de 5 anos de idade). Ainda que a mortalidade infantil seja explicada por diversos fatores, alguns não apresentam impactos diretos, sendo as condicionantes diretas a alimentação, condições de moradia, acompanhamento médico e educação parental. Os condicionantes indiretos são a renda e o nível educacional.

De acordo com França *et al.* (2017), apesar da alta letalidade e incidência, as taxas de mortalidade na infância são muitas vezes evitáveis por meio de políticas públicas de saúde mais efetivas, principalmente durante o período pré-natal e pós-natal, em termos de saneamento e maior segurança alimentar. As medidas de saneamento, por exemplo, são de extrema relevância pelos elevados índices de contaminação da água em regiões não atendidas por água encanada e esgoto, com consequente incidência de verminoses, diarreias que ocasionam recorrentes problemas de saúde em crianças até 5 anos de idade. Logo, são demonstrados caminhos para atenuar a condição de pobreza na população estudada e favorecer o pleno desenvolvimento de suas capacidades.

Como é explicado em estudo da UNICEF (2018), os direitos básicos, assegurados pela constituição e por tratados internacionais, são violados no Brasil e apresentam maior intensidade e frequência em certas regiões e grupos. Como demonstrado, no ano de 2015, cerca de 6,5% da população de crianças e adolescentes no país estavam fora do sistema educacional, destes quase 2/3 são negros. Além da disparidade racial, a incidência de privações educacionais prevalece entre as regiões, com destaque para a região Norte, a qual revela 28,7% de privação em educação para crianças e adolescentes, fator altamente sensível a indicadores socioeconômicos e ao nível educacional da família. Outra privação abordada é o trabalho infantil, que afeta 6,2% da população de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, e é caracterizada por ser feminina e negra, com nível de renda familiar nos estratos inferiores e pais com baixo nível educacional e residentes de áreas rurais. Curiosamente, não há diferenças significativas de incidência de trabalho infantil entre regiões no Brasil, tal fenômeno ocorre em todas as regiões do país relativamente na mesma proporção percentual; cabe destaque às regiões Norte e Nordeste, com maiores índices.

As privações vivenciadas por crianças e adolescentes representam um grande desafio ao desenvolvimento, visto que a infância pode ser considerada, no atual sistema produtivo, como o período no qual ocorre a formação do futuro (OLIVEIRA, 2008).

3. METODOLOGIA

O presente estudo utiliza microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), referente ao período de 2012 a 2018, para a análise da situação de pobreza monetária na população de crianças com idade de até 14 anos, para o Brasil e macrorregiões. Para tal, foi utilizado como parâmetro a renda *per capita* de todos os trabalhadores dos domicílios no qual residem crianças. A renda *per capita* foi obtida por meio da soma dos rendimentos de todos os trabalhos dos residentes, com exceção de pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico; esse cômputo é dividido por todos os componentes do domicílio.

Os dados da PNAD Contínua levam em conta os rendimentos correntes ao longo do ano. Logo, para efeito comparativo, é necessária a atualização dos dados via deflator, com frequência trimestral, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como referência os meses de setembro, outubro e novembro de 2018.

Para a classificação da população pobre e não pobre é utilizado neste estudo o conceito de linha de pobreza monetária, a qual, conforme a literatura, considera como pobre os domicílios com renda *per capita* menor ou igual $\frac{1}{2}$ salário mínimo e de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo para o caso de extrema pobreza (YUSUF, 2020; HOFFMANN, 2019; KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Foi considerado o valor do salário mínimo em reais de 2018, cujo valor é R\$ 954, logo as linhas de pobreza são, respectivamente, R\$ 477 e R\$ 238,5. Além dessa análise, foi utilizado o *poverty gap*, que representa a quantia necessária para que todos os indivíduos elevem suas rendas acima da linha de pobreza, e o índice de Watts, uma medida de pobreza que permite calcular a quantidade de tempo necessária para que os grupos analisados saiam da condição de pobreza, mantendo constante o nível de crescimento econômico observado no período. O índice de Watts (1968) pode ser apresentado como:

$$W = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q [\ln(Z) - \ln(Y_i)] \quad (1)$$

Em que N representa o número total de indivíduo na população; Z representa a linha de pobreza escolhida, (Y_i) a renda do indivíduo i e q o montante de pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza.

A interpretação do índice de pobreza de Watts em que o tempo médio de extinção da pobreza, T_g , é calculado a partir do quociente entre o índice de Watts e uma taxa hipotética de crescimento da renda, $g > 0$. Desta forma, o tempo médio para que o indivíduo i saia da condição de pobreza, levando em consideração a taxa de crescimento, é dado por:

$$t_g^i = \frac{\ln(Z) - \ln(Y_i)}{g} \quad (2)$$

Assim sendo, o indivíduo precisaria de t_g^i anos para elevar sua renda acima da linha de pobreza Z . O tempo médio de extinção da pobreza se levado em consideração a população como um todo é dado por:

$$T_g = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N t_g^i = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q \frac{[\ln(Z) - \ln(Y_i)]}{g} = \frac{W}{g} \quad (3)$$

Onde t_g^i para indivíduos não pobres. Desta forma, o índice reflete o número médio de anos necessários para a população sair da condição de pobreza se fosse possível garantir que todos os rendimentos crescessem à taxa g . No caso deste estudo, adotou-se a taxa $g = 1,01$ concernente ao valor da taxa de crescimento do PIB do Brasil no ano de 2018.

Como desmembramento da análise, a partir da base de dados da PNADC, foram selecionados domicílios rurais e urbanos com crianças que são considerados pobres, localizados nas 5 macrorregiões do Brasil, e foram comparados com os domicílios pobres sem crianças. Além da localidade e região geográfica foram avaliadas questões referentes à cor e sexo dos indivíduos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como é possível observar na Tabela 1, há significativa disparidade da renda média *per capita* de todos os trabalhos do domicílio entre as localidades, tanto nos domicílios com crianças quanto nos que não há crianças. A lo-

calidade urbana ganha em média 2,44 vezes mais que a rural, o que expõe a dificuldade de moradores de zonas rurais em obterem renda o que consequentemente limita as possibilidades de consumo.

Nota-se também que a renda *per capita* média de todos os trabalhos de domicílios sem crianças é maior que nos domicílios com crianças. Na Tabela 1 é possível observar que a diferença média dos rendimentos *per capita*s entre localidade urbana e rural é de R\$ 749,91 para domicílios sem crianças e R\$537,40 para domicílios com crianças. Também é possível observar os efeitos da crise econômica tanto no meio rural quanto no urbano. Visto que a renda média *per capita* em ambas as localidades diminuiu em 2015, observa-se que os domicílios rurais tiveram uma recuperação da crise mais lenta que os do meio urbano, prolongando baixos níveis de crescimento da renda.

Tabela 1 - Renda média domiciliar *per capita* no Brasil, em R\$ de setembro/outubro/novembro de 2018, para famílias com e sem crianças no meio urbano e rural de 2012 a 2018

Ano	Renda média <i>per capita</i>					
	Sem Crianças			Com Crianças		
	Renda média	Urbano	Rural	Renda média	Urbano	Rural
2012	R\$ 1.150,27	R\$ 1.252,67	R\$ 505,66	R\$ 727,60	R\$ 814,50	R\$ 314,53
2013	R\$ 1.198,59	R\$ 1.307,15	R\$ 529,60	R\$ 768,01	R\$ 861,51	R\$ 328,14
2014	R\$ 1.238,86	R\$ 1.341,12	R\$ 575,12	R\$ 798,15	R\$ 886,69	R\$ 352,36
2015	R\$ 1.181,52	R\$ 1.279,29	R\$ 549,94	R\$ 769,69	R\$ 855,20	R\$ 346,90
2016	R\$ 1.192,78	R\$ 1.290,17	R\$ 543,77	R\$ 797,94	R\$ 887,93	R\$ 338,68
2017	R\$ 1.187,43	R\$ 1.277,97	R\$ 552,41	R\$ 813,73	R\$ 895,91	R\$ 352,73
2018	R\$ 1.233,60	R\$ 1.328,53	R\$ 571,02	R\$ 862,83	R\$ 951,89	R\$ 358,48

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE de 2012 a 2018

A Tabela 2 mostra a proporção de crianças pobres na localidade urbana e rural no Brasil. Nessa é possível observar a disparidade da proporção de crianças pobres nas localidades e analisar uma tendência de aumento da pobreza até 2017 e um princípio de diminuição em 2018. Como observado, a população infantil rural é a mais afetada pela condição de pobreza, tendo chegado a 66% da população rural com menos de 14 anos, para 2016, em condição de pobreza. No meio urbano o ápice ocorreu em 2017 com a proporção de 43,96% da população infantil. É interessante analisar a população de crianças em situação de pobreza no Brasil, pois demonstra de maneira geral a insuficiência de renda nos domicílios. No ano de 2018 cerca de 16.832.316 (dezesseis milhões oitocentos trinta e dois mil e trezentos e dezesseis) crianças se enquadravam na situação de pobreza, rendimentos *per capita* de todos os trabalhos do domicílio em que moram abaixo de meio salário mínimo, número correspondente a 43,60% ou cerca de 4 a cada 10 crianças.

Nota-se que o percentual de crianças em situação de pobreza monetária aumentou mais nos domicílios urbanos que nos rurais, respectivamente, 11,28 e 2,33 pontos percentuais, referente ao período de 2012 a 2018. Também é de se observar que a crise econômica fez a pobreza infantil disparar a partir de 2014 até 2017, já que em 2018 houve leve queda percentual da pobreza.

Tabela 2 - Distribuição populacional de crianças em situação de pobreza no Brasil e por localidade do domicílio, em %, de 2012 a 2018

Ano	Brasil	Urbano	Rural
2012	34,37%	28,66%	59,73%
2013	35,20%	29,70%	58,97%
2014	35,79%	30,62%	60,12%
2015	39,72%	34,66%	63,28%
2016	43,87%	39,25%	66,02%

2017	43,96%	40,31%	62,35%
2018	43,60%	39,94%	62,06%

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE de 2012 a 2018

A Tabela 3 apresenta o percentual de crianças em situação de pobreza por macrorregião, ano e condição censitária, a Tabela 4 complementa a Tabela 3 ao expor o percentual total de crianças em situação de pobreza das macrorregiões. Por meio dessas informações é possível aferir a distribuição geográfica das crianças com renda familiar inferior a linha de pobreza considerada neste estudo.

De tal forma, é possível afirmar que as regiões Norte e Nordeste são as mais afetadas pela pobreza infantil, visto o histórico de pobreza acima de 50% em todos os anos que este estudo abrange. É possível observar que a área rural da região Norte apresenta nível de pobreza generalizado. Em 2018, cerca de 75% das crianças residentes na localidade rural foram consideradas pobres naquela região, e a área urbana apresentou crescimento significativo da pobreza.

A região Nordeste curiosamente obteve redução da pobreza infantil nos domicílios rurais entre 2012 e 2018 de cerca de 3 pontos percentuais, já a área urbana obteve crescimento da pobreza infantil de 7,28 pontos percentuais.

As regiões Sul e Sudeste mostram as menores porcentagens de pobreza infantil, por mais que tenham aumentado drasticamente após a crise econômica. Assim como pode ser observado na região Sudeste, ao comparar o ano de 2012 e o de 2018, que teve o nível de pobreza aumentado em torno de 13 pontos percentuais, uma variação percentual de aproximadamente 60%.

Ao comparar as condições censitárias por meio da Tabela 3 para as regiões Sul e Sudeste, observa-se que a crise econômica teve impacto diferente entre elas. A área urbana em ambas as regiões liderou o aumento da pobreza infantil, o que é visto como preocupante já que maior parte da população brasileira reside nas duas regiões, porém mesmo com o crescimento acelerado da pobreza infantil na área urbana, a população rural apresenta maior proporção de crianças abaixo da linha de pobreza, sendo em 2018 de 41,75% no Sul e de 56,81% no Sudeste.

Tabela 3 - Distribuição da população de crianças na situação de pobreza por macrorregião e condição censitária do domicílio, em %, de 2012 a 2018

Ano		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Norte	Urbano	42,73	41,4	43,35	48,47	54,15	55,26	54,43
	Rural	70,62	72,19	71,44	74,92	80,34	76,48	74,79
Nordeste	Urbano	46,02	46,26	52,35	49,1	54,18	53,39	53,3
	Rural	67,57	65,05	68,11	70,54	70,37	65,13	64,78
Centro Oeste	Urbano	21,52	21,49	23,26	27,9	33,1	33,47	34,74
	Rural	34,72	36,81	41,02	40,12	50,01	48,27	49,98
Sudeste	Urbano	19,58	22,1	22,26	26,52	31,81	34,8	33,63
	Rural	48,77	49,7	48,66	52,71	56,91	57,43	56,81
Sul	Urbano	16,87	17,56	18,01	22,27	26,94	26,52	28,00
	Rural	32,91	33,3	29,73	35,8	43,12	39,33	41,75

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE de 2012 a 2018.

Na Tabela 4 é necessário observar o Centro Oeste, que teve aumento considerável da pobreza infantil. Em 2012 estava próximo a 22% da população infantil e em 2018 chegou a 36,24%. Como observado na Tabela 3, a pobreza infantil no Centro Oeste mostra que a situação de pobreza na área rural não é diferente do resto do país. No ano de 2018 cerca de metade da população de crianças da localidade rural sofreram com a pobreza. É importante considerar que o Distrito Federal tem significativo impacto nos dados de renda, principalmente na área urbana.

Tabela 4 - Crianças em situação de pobreza conforme macrorregião, em %, de 2012 a 2018

Ano	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul
2012	50,25	52,59	22,79	22,08	19,34
2013	50,26	52,03	23,1	24,5	20,02
2014	51,19	53,46	25,17	24,42	19,62
2015	56,07	56,55	29,28	28,62	24,15
2016	61,48	58,8	34,85	33,74	29,22
2017	60,87	56,7	35,03	36,42	28,17
2018	59,77	56,58	36,24	35,27	29,81

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE de 2012 a 2018.

A Tabela 5 mostra a proporção de crianças pobres, por gênero, de todas as macrorregiões do Brasil no período de 2012 a 2018. Dessa forma é possível observar que a pobreza infantil não apresenta diferença percentual significativa entre os gêneros.

Tabela 5 - Crianças em situação de pobreza por gênero e macrorregião do Brasil, em %, de 2012 a 2018.

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Norte	Masculino	50,71	50,46	51,16	56,23	61,9	61,36	59,71
	Feminino	49,78	50,05	51,21	55,9	61,04	60,36	59,83
Nordeste	Masculino	52,03	51,63	53,58	57,05	58,6	56,12	56,12
	Feminino	53,16	52,46	53,34	56,03	59	57,3	57,06
Centro Oeste	Masculino	22,54	22,92	24,94	29,39	34,64	34,64	35,42
	Feminino	23,04	23,29	25,4	29,16	35,07	35,46	37,12
Sudeste	Masculino	21,43	24,13	24,69	29,94	33,33	36,5	35,08
	Feminino	22,76	24,9	24,14	27,25	34,16	36,32	35,47
Sul	Masculino	19,56	19,78	19,76	24,14	29,3	27,98	30,11
	Feminino	19,11	20,27	19,47	24,16	29,13	28,37	29,5

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE de 2012 a 2018.

Já na Tabela 6 é possível aferir que há grupos mais vulneráveis ao considerar alguns marcadores sociais. A pobreza monetária é maior ao considerar as crianças indígenas, pardas e negras. Também é claro o impacto da crise econômica em todas as categorias observadas, principalmente a partir de 2015. Podem-se observar aumentos consideráveis da porcentagem da população de crianças pobres de todas as categorias. É curioso notar a sensibilidade de alguns grupos a crises econômicas, como o caso da categoria Amarela, que estava apresentando redução do número de crianças em situação de pobreza e após 2015 entrou em tendência ascendente.

Tabela 6 - Crianças em situação de pobreza no Brasil por cor da pele, em %, de 2012 a 2018.

Ano	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena
2012	22,69	39,36	43,74	16,88	47,00
2013	24,18	40,89	44,05	14,85	58,76
2014	24,39	41,88	44,87	9,95	56,85
2015	27,83	44,7	49,33	12,52	51,2
2016	31,55	50,55	53,3	21,31	63,98
2017	33,4	51,58	51,79	25,72	64,51
2018	33,26	49,85	51,39	32,06	65,84

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE de 2012 a 2018.

De acordo com a Tabela 7, na região Norte a pobreza infantil atinge mais de 50% da população de crianças de 4 das 5 categorias estudadas. A população indígena é a mais afetada, seguida pela parda, preta, amarela e branca, respectivamente 73,21%, 62,49%, 60,57%, 53,57% e 48,82% para o ano de 2018. Apesar de a população branca ser a menos afetada, ainda é uma proporção alta ao comparar com outras regiões do país.

Na região Nordeste a pobreza infantil em 2018 representa mais que 50% da população em 4 das 5 categorias, sendo a população preta a mais afetada com cerca de 60% da população de crianças vivendo abaixo da linha de pobreza. A população parda e indígena possui cada uma 58% de sua população infantil abaixo da linha de pobreza. A população branca e amarela tem aproximadamente 50% de sua população infantil considerada pobre no ano de 2018.

Conforme a Tabela 7, no Centro Oeste a população mais afetada é a indígena, com cerca de 72% de crianças vivendo abaixo da linha de pobreza no ano de 2018, uma porcentagem díspar das outras categorias. A população preta, foi afetada em cerca de 43%, a parda em 40,63%, a branca em 28,23% e amarela em 23,58%.

Na região Sudeste é possível notar a população indígena como a mais vulnerável, seguida da população negra, parda, branca e amarela. De acordo com a Tabela 7, em 2018 houve redução do percentual de crianças pobres nas categorias preta, parda e branca em relação ao ano anterior. Também é notado que a partir de 2014 os percentuais de pobreza infantil aumentaram de maneira significativa, tendo seu ápice na maioria das categorias, no ano de 2017.

A região Sul é a que apresenta menores percentuais de pobreza infantil dentre as 5 macrorregiões brasileiras, como observado na Tabela 4. Ao observar a Tabela 7 é possível notar que a população preta é a mais afetada, pois 41,36% de sua população de crianças vive em situação de pobreza, já a população parda cerca de 40% é afetada pela pobreza, a branca corresponde a aproximadamente 25%, a indígena e amarela cerca de 23%.

Tabela 7 - Crianças em situação de pobreza por cor da pele e macrorregião do Brasil, em %, de 2012 a 2018

Norte					
	Branco	Preto	Amarelo	Pardo	Indígena
2012	38,35	46,75	26,83	53,64	70,89
2013	38,42	54,49	21,27	53,43	64,2
2014	36,94	51,73	6,84	54,77	75,26
2015	42,85	61,09	18,01	59,39	59,97
2016	51,34	57,32	25,52	64,42	74,39
2017	50,24	57,63	47,13	63,95	76,84
2018	48,82	60,57	53,57	62,49	73,21
Nordeste					
	Branco	Preto	Amarelo	Pardo	Indígena
2012	45,06	51,83	41,25	55,63	52,72
2013	44,83	53,62	34,69	54,84	74,21
2014	45,68	54,28	37,49	56,52	60,53
2015	49,05	54,59	49,86	59,59	74,25
2016	51,8	60,03	62,28	61,32	74,83
2017	51,18	58,69	66,00	58,66	55,04
2018	50,65	60,11	49,04	58,61	58,15
Centro-oeste					
	Branco	Preto	Amarelo	Pardo	Indígena
2012	18,03	26,59	21,79	25,85	42,12
2013	17,33	28,17	8,48	26,99	28,17
2014	18,6	29,68	27,49	29,1	44,42
2015	21,15	33,97	25,88	34,32	65,84
2016	26,24	46,7	31,66	39,67	38,69
2017	28,73	48,51	11,47	37,91	34,89
2018	28,23	43,72	23,58	40,63	72,64
Sudeste					
	Branco	Preto	Amarelo	Pardo	Indígena
2012	15,41	30,85	10,05	29,39	2,91
2013	18,25	32,06	10,24	31,37	47,8
2014	18,77	33,81	4,71	30,68	16,68
2015	22,17	37,13	3,57	36,1	-
2016	25,27	43,99	6,73	42,86	31,39
2017	29,3	46,84	15,88	43,51	37,76
2018	28,92	42,13	22,22	41,96	68,19

Tabela 8 - Crianças em situação de pobreza por cor da pele e macrorregião do Brasil, em %, de 2012 a 2018

	Sul				
	Branco	Preto	Amarelo	Pardo	Indígena
2012	16,39	31,58	6,15	29,6	29,5
2013	17,08	26,49	12,14	31,14	44,42
2014	16,74	29,08	7,34	29,93	23,87
2015	20,59	35,31	16,27	36,77	-
2016	24,92	36,29	11,19	43,37	40,12
2017	24,46	39,89	27,22	39,02	51,18
2018	25,76	41,36	23,2	40,7	23,01

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE de 2012 a 2018

A Tabela 8 expõe duas medidas adicionais de pobreza: o *poverty gap* e o índice de Watts, respectivamente: quanto em média é necessário de renda adicional para que a população infantil eleve sua renda *per capita* acima da linha de pobreza, e o tempo necessário em anos para que todos os indivíduos do grupo estudado ultrapassem a linha de pobreza. O *per capita poverty gap* e o índice de Watts são algumas medidas de pobreza que ajudam a enxergar a intensidade desse problema.

Tabela 8 - Poverty Gap per capita e índice de Watts, em anos, para a população de crianças no Brasil de 2012 a 2018

Ano	Poverty Gap	Índice de Watts
2012	R\$ 52,21	29,22
2013	R\$ 58,85	30,23
2014	R\$ 64,06	30,82
2015	R\$ 79,43	35,32
2016	R\$ 103,34	41,74
2017	R\$ 113,55	43,8
2018	R\$ 116,48	44,59

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE de 2012 a 2018

É possível observar (Tabela 8), com base na evolução da situação de pobreza ao longo dos anos estudados, que o incremento necessário de renda para que todos os indivíduos saiam da situação de pobreza partiu de R\$ 52,21 em 2012, para R\$116,48 em 2018, um aumento de aproximadamente 123%. Houve aumento no tempo necessário para que a população infantil saia da pobreza também, o que em 2012 era aproximadamente 30 anos, passou para quase 45 anos.

Nas tabelas 9, 10 e 11 são expostos, respectivamente, o índice de Watts para as condições censitárias (urbano e rural), macrorregiões do Brasil e cor da pele.

De acordo com a Tabela 9, o tempo necessário para a população infantil saia da situação de pobreza, *ceteris paribus*, conforme a localidade do domicílio, evidencia a desigualdade de rendimento e de crescimento da pobreza entre as áreas urbanas e rurais. Na localidade urbana o índice de Watts variou cerca de 72,69% de 2012 a 2018, enquanto a rural a variação beirou 33,52%. Tal afirmação mostra maior impacto de problemas econômicos na área urbana, como os sofridos durante a crise econômica de 2014 e maior desigualdade de renda. Contudo a intensidade da pobreza no meio rural é maior e mais generalizada, conforme visto na Tabela 2, sendo que a pobreza tem maior incidência em domicílios nas áreas rurais e atinge a maior parte dos moradores desta localidade. O índice de Watts

para domicílios rurais é mais que 3 vezes maior que os urbanos, para todos os anos, tendo inclusive ultrapassado a expectativa de vida da população do Brasil estimada para o Brasil (IBGE, 2019).

Tabela 9 - Índice de Watts, em anos, para a população de crianças no Brasil nas localidades urbana e rural, de 2012 a 2018

Ano	Urbano	Rural
2012	19,688	74,585
2013	20,827	74,468
2014	21,904	75,745
2015	25,385	84,485
2016	31,262	95,250
2017	34,030	98,999
2018	34,889	99,587

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE de 2012 a 2018.

Na Tabela 10 é explicitado o índice de Watts para a população infantil, tomada neste estudo como menores de 14 anos, nas macrorregiões do Brasil. Como pode ser observado as regiões Norte e Nordeste são as que mais amargam a pobreza, dado que o tempo para que toda a população estudada saia da situação de pobreza é muito maior que o das outras três regiões. Por mais que a região Norte apresente maior percentual de crianças vivendo abaixo da linha pobreza, com o observado na Tabela 4, a região Nordeste é a qual a pobreza mais perlonga, tendo atingido 81,28 anos, se todo o mais contaste, para que a população infantil saia da situação de pobreza em sua totalidade. A região Sul apresenta menor incidência de pobreza infantil e do índice de Watts, seguida pela região Centro Oeste (com possível impacto positivo do Distrito Federal) e Sudeste.

Tabela 10 - Índice de Watts, em anos, para a população de crianças por macrorregião do Brasil de 2012 a 2018

Ano	Norte	Nordeste	Centro oeste	Sudeste	Sul
2012	45,990	57,921	10,921	12,797	10,413
2013	45,413	60,134	11,623	14,122	10,925
2014	48,022	59,572	13,200	14,406	11,558
2015	57,692	67,110	16,014	16,500	13,708
2016	69,637	76,124	20,663	21,886	17,872
2017	71,297	80,282	23,377	24,743	17,291
2018	72,288	81,284	23,691	25,521	18,868

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE de 2012 a 2018

A Tabela 11 exibe o índice de Watts da população infantil por cor da pele. Na tabela é possível observar o quão díspar é esse índice entre as cores e o quão afetadas foram as categorias no período estudado e a incidência da pobreza. Como observado, a população infantil indígena é a mais afetada e a que o índice teve maior diferença entre o período inicial e final do estudo, cerca de 34 anos, explicitando a vulnerabilidade desta população. Assim como explicitado na Tabela 6, a população indígena é a mais afetada pela situação de pobreza proporcionalmente, mais incidente e duradoura. A população parda apresentou índice de Watts de 58,44 anos em 2018, o que demonstra o quanto esse grupo é afetado pela pobreza. Contudo a população preta obteve diferença entre o primeiro ano e o último ano

estudado de 20,65 anos, mostrando a vulnerabilidade da renda desta população que apresenta quase metade de seus integrantes infantis vivendo abaixo da linha de pobreza. A população branca e amarela são as que possuem menor valor do índice de Watts, respectivamente 27,51 e 29,38. Curiosamente a população branca é a que teve menos variação no período e a população amarela teve aumento do índice a partir de 2014, o que pode indicar vulnerabilidade aos efeitos econômicos da crise de 2014.

Tabela 11 - Índice de Watts, em anos, por cor da pele para a população de crianças do Brasil de 2012 a 2018

Ano	Branco	Preto	Amarelo	Pardo	Indígena
2012	15,971	33,387	13,477	40,460	46,952
2013	16,620	39,951	9,333	41,485	69,695
2014	17,364	35,158	4,379	42,324	64,589
2015	19,305	39,683	10,738	49,065	57,200
2016	24,701	51,291	19,098	55,507	68,005
2017	26,802	53,493	26,096	57,643	99,787
2018	27,512	54,045	29,386	58,440	81,489

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE de 2012 a 2018

É notável a incidência e intensidade da pobreza na população de crianças em alguns grupos raciais e localidades; como por exemplo: população negra, indígena e parda nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Tal fato demonstra desigualdade regional e racial de rendimentos, além de indicar problemas de desenvolvimento econômicos regionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da situação brasileira quanto à pobreza infantil, em termos monetários, manifesta a preocupante manutenção das taxas de pobreza infantil de 2012 a 2018. Ademais é notável as desigualdades das taxas de pobreza e indicadores entre o meio urbano e rural, macrorregiões e cor da pele.

Por conseguinte, os resultados demonstram a intensidade da pobreza em crianças no Brasil no período de 2012 a 2018. Como observado no ano de 2018, cerca de dezesseis milhões e oitocentas mil crianças se encontram em situação de pobreza, o que representa 43,60% da população infantil no Brasil. É evidente por meio deste estudo as disparidades entre as localidades, cor da pele e macrorregião.

No estudo foi possível observar que a pobreza infantil apresenta maior incidência no meio rural, assim como afeta mais a população das regiões Norte e Nordeste e crianças indígenas, pretas e pardas. É possível observar a tendência ascendente da pobreza, que foi agravada principalmente pela crise econômica de 2014.

A pobreza monetária afeta significativamente a população infantil, o que acarreta incertezas sobre o futuro e potenciais danos individuais e sociais. A tendência de aumento das taxas de pobreza e piora dos indicadores indicam falhas do governo ao combate da pobreza infantil e falta de preocupação para com os futuros cidadãos brasileiros.

Estudos futuros precisam avaliar as diferentes ações de combate à pobreza e sua ação no que concerne especificamente à população infantil. Deve-se avaliar a eficiência dos programas de transferência de renda e alternativas de ação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. A., SANTOS, D. N., BASTOS, A. C., PEDROMÔNICO, M. R. M., ALMEIDA-FILHO, N., BARRETO, M. L. Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: uma abordagem epidemiológica. *Rev. Saúde Pública*, v.39, n.4, p.606-611, 2005. Doi: 10.1590/S0034-89102005000400014.
- BRADLEY, R. H., CALDWELL, B. M., ROCK, L. S. Home environment and school performance: A ten-year follow-up and examination of three models of environmental action. *Child Development*, v. 59, n. 4, p. 852-867, 1988. Doi:10.2307/1130253.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.
- BUAINAIN, A. M., DEDECCA, C. S., NEDER, H. D. Características regionais da pobreza rural no Brasil: algumas implicações para políticas públicas. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S., NEDER, H. D. (Org.). *A Nova Cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a Questão Regional*. 1ed. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), v. 17, 2013, p. 57110.
- CHAZAN, M., LAING, A. F., DAVIES, D. *Emotional and behavioural difficulties in middle childhood: identification, assessment and intervention in school*. Routledge, 2014.
- COATSWORTH, J. D., PANTIN, H., SZAPOCZNIK, J. Familias Unidas: a family-centered ecodevelopmental intervention to reduce risk for problem behavior among Hispanic adolescents. *Clinical Child and Family Psychology Review*, n. 5, v.2, p. 113-132, 2002. Doi:10.1023/a:1015420503275.
- CRESPO, A. P. A., GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE eletrônica [online]*, São Paulo, v.1, n.2, p.02-12, 2002. Doi:10.1590/S1676-56482002000200003.
- DEVIDÉ, A. J. *Os Condicionantes Socioeconômicos da Mortalidade Infantil no Paraná 1980-2001*. 2002. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2002.
- FRANÇA, E. B., LANSKYI, S., REGO, M. A., CARVALHO MALTA, D., SANTIAGO FRANÇA, J., TEIXEIRA, R., . . . M. N., VASCONCELOS, A. M. Principais causas da mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de Carga Global de Doença. *Revista Brasileira de Epidemiologia [online]*, São Paulo, v.20, supl.1, p.46-60, 2017. Doi:10.1590/1980-5497201700050005.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil. Brasília, 2018, 192 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org/brazil/files/2019-02/br_bem_estar_e_privacoes_multiplas.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2020.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Pobreza na infância e na adolescência. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia>>. Acesso em 20 de julho de 2020.
- GERTLER, P., HECKMAN, J., PINTO, R., ZANOLINI, A., VERMEERSCH, C., WALKER, S., . . . GRANTHAM-MCGREGOR, S. Labor market returns to an early childhood stimulation intervention in Jamaica. *Science*, v. 344, n. 6187, p. 998-1001, 2014. Doi: 10.1126/science.1251178.
- HOFFMANN, R., KAGEYAMA, A. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. In: 45º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Londrina. *Anais...* Brasília: SOBER, 2007.
- HOFFMANN, R. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998. 280 p.
- HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil em 2017: uma apresentação didática das principais características da distribuição da renda no Brasil de acordo com dados da PNAD Contínua de 2017. *Economia & Região*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 1-24, 2019. Doi:10.5433/2317-627X.2019v7n2p5.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Expectativa de vida dos brasileiros aumenta para 76,3 anos em 2018*. 2019. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26103-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-para-76-3-anos-em-2018>>. Acesso em 02 de julho de 2020.

KAGEYAMA, A., HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

MARTURANO, E. M. Recursos no Ambiente Familiar e Dificuldades de Aprendizagem na Escola. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.15, n.2, p.135-142, 1999. Doi:10.1590/S0102-37721999000200006.

MAZZETTO-BETTI, M. C. *Procura de atendimento psicológico por dificuldades escolares: um estudo das características da criança e seu ambiente familiar*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

MINUCHIN, P., COLAPINTO, J., MINUCHIN, S. *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

OLIVEIRA, F. D. *A criança e a infância nos documentos da ONU: a produção da criança como 'portadora de direitos' e a infância como 'capital humano do futuro'*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*. PNUD Brasil 2013. Disponível em: < <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/search.html?q=atlas+do+desenvolvimento+humano>>. Acesso em 18 de julho de 2020.

PRADO, D. *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REYDON, B. P. Governança de terras e a questão agrária no Brasil. In: BUAINAIN, A. M., ALVES, E., SILVEIRA, J. M., NAVARRO, Z. (Edit.) *Mundo rural no Brasil do século 21: formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014, p. 725-759.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Texeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

SIGOLO, S. R. R. L. Favorecendo o desenvolvimento infantil: ênfase nas trocas interativas no contexto familiar. *Temas em educação especial: Avanços recentes*, p. 189-195, 2004.

SILVA, N. C., NUNES, C. C., BETTI, M. C., RIOS, K. D. Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v.16, n.2, p.215-229, 2008.

SZYMANSKI, H. A Prática Reflexiva com Famílias de Baixa Renda. In: II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos. *Anais...* Bauru: SEPO, 2004.

THOMPSON, R. A., NELSON, C. A. Developmental Science and the Media: Early Brain Development. *American Psychologist*, v.56, n1, p.5-15, 2001. Doi:10.1037//0003-066X.56.1.5

WALKER, S. P., CHANG, S. M., VERA-HERNÁNDEZ, M., GRANTHAM-MCGREGOR, S. Early Childhood Stimulation Benefits Adult Competence and Reduces Violent Behavior. *Pediatrics*, v. 127, n. 5, p. 849-857, 2011. Doi:10.1542/peds.2010-2231.

WEITZMAN, M., LEE, L. Baixa renda e seu impacto sobre o desenvolvimento psicossocial da criança. *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*, p. 1-8, 2017. Disponível em: < <http://www.encyclopedia-crianca.com/sites/default/files/textes-experts/pt-pt/2550/baixa-renda-e-seu-impacto-sobre-o-desenvolvimento-psicossocial-da-crianca.pdf>>. Acesso em 16 de julho de 2020.

YUSUF, K. A. *Um ensaio sobre a pobreza no Brasil: métricas de pobreza segundo dados da PNAD contínua*. Dissertação (Mestrado em Economia Regional), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ZAMBERLAN, M. A., BIASOLI-ALVES, Z. M. M. *Interações familiares – teoria, pesquisa e subsídios à intervenção*. Londrina: EDUEL, 1997.